

**Leia estas instruções:**

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, assim distribuídas: Língua Portuguesa → 01 a 10; Legislação → 11 a 20; Conhecimentos Específicos → 21 a 50.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 7 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 8 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_



As questões 01 a 10 desta prova baseiam-se no texto abaixo.

### Ética e moralidade no Serviço Público

Costuma-se dizer que a *corrupção material* é o recebimento de qualquer vantagem por prática ou omissão de ato de ofício, e *corrupção moral*, a que precede a material, porque é óbvio que, ao receber a vantagem, já ocorreu no corrompido a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional. Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva, porque também quem oferece a vantagem indevida já não apresenta princípio moral.

A corrupção moral abrange também a corrupção de costumes, a falta de caráter particular ou nacional, o desleixo administrativo ou governamental, a falta de solidariedade num grupo humano, a indiferença pela sorte alheia ou pelo interesse público, a tolerância condescendente de superiores às falhas dos subalternos, filhos e tutelados.

Corrupção não é apenas a infração ao dever funcional praticada pelo agente público (político ou administrativo). Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento. A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna. Antes de ferir o patrimônio público ou particular, a corrupção degrada os valores íntimos de cada um, relativiza o costume e a cultura da virtude, anulando, pois, os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna de seu próprio orgulho.

A degradação moral começa por pequenas concessões, pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia e prossegue corroendo o homem e a sociedade. É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios, já na vida privada, que prepara a aceitação das grandes corrupções na vida pública.

Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos, mais ainda na convivência profissional-funcional. Assim, por força da própria Constituição Federal, a ética passou a integrar o próprio cerne de qualquer ato estatal como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

Como reforço dessa preocupação ética, a atual Constituição de 1988 também inovou no artigo 5º, inciso LXXIII, ao incluir a moralidade administrativa entre os valores básicos da República a serem protegidos por meio de ação popular. Segundo essa norma constitucional, mesmo que não haja efetivo prejuízo de ordem material ao patrimônio público, se o ato da Administração for lesivo à moralidade administrativa, deverá ser invalidado judicialmente, via ação popular, ou mesmo, antes, revisto administrativamente.

Cumprindo a norma inscrita nesse dispositivo constitucional, o legislador ordinário, através da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa, a qual abrange todos os atos imorais, ímprobos ou antiéticos.

A propósito, deve ainda ser lembrado que o legislador ordinário, normatizando sobre o assunto, através da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, no artigo 116, inciso IX, também determina a obediência obrigatória ao princípio da moralidade administrativa ao incluí-lo entre os deveres funcionais dos servidores públicos.

Assim, o servidor público há de ser um ético de plantão vinte quatro horas por dia, já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica. Até porque a consciência ética do servidor público, nesse particular, além de restaurar a

cidadania, corrige a disfunção pública no Brasil, que decorre não só da falta de recursos materiais, mas, principalmente, da conduta muitas vezes perversa no atendimento aos usuários dos serviços públicos, atentatória aos direitos humanos universalmente declarados.

Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos em busca, por exemplo, de mera complementação salarial. De diárias artificialmente pagas a obras e compras públicas no interesse de muitos, menos no do Estado, eis o leque da corrupção que vemos no noticiário todos os dias. O empresário corrompe o governo, e o governo corrompe o empresário. Todos querendo ou esperando tirar alguma vantagem desse quadro sombrio.

É claro que há muitas exceções. Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio. Mas o organismo contaminado anula boas células.

Portanto, não sejamos fracos no bem a ponto de permitirmos tantos fortes no mal. O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.

Disponível em: <<http://www.ensinandodireitoluizamara.com>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

**01.** Do texto, depreende-se que:

- A)** a corrupção material é diferente da moral, pois somente a primeira degrada valores, relativiza costumes e anula princípios.
- B)** a corrupção material e a corrupção moral representam atitudes ilícitas, as quais, em princípio, ocorrem de forma concomitante.
- C)** a corrupção material é anterior à corrupção moral. Esta representa a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; aquela pressupõe pagamento de vantagem para prática ou omissão de ato de ofício.
- D)** a corrupção material e a corrupção moral podem ser caracterizadas como ativa e passiva. Em ambos os casos, esses atos ilícitos pressupõem como criminosos tanto aquele que oferece vantagem indevida quanto o que a recebe.

**02.** Em relação à sua conduta, o funcionário público

- A)** tem de apresentar conduta ética, balizada por princípios pessoais ou por obediência obrigatória às leis em vigor.
- B)** deve agir, no exercício profissional diário, de modo a preservar a consciência ética dos usuários dos serviços públicos.
- C)** impede a ocorrência de atos de corrupção praticados por agentes públicos (políticos ou administrativos) quando age em obediência às leis.
- D)** garante o cumprimento dos direitos humanos universalmente declarados quando realiza atendimento adequado aos usuários.

**03.** De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A)** A expressão “filhos e tutelados”, no 2º parágrafo, refere-se a parentes de pessoas na administração pública que são favorecidos com alguma função em órgãos estatais.
- B)** No 5º parágrafo, afirma-se que a ética passou a integrar a Constituição Federal, como forma de normatizar a convivência informal e a convivência profissional-funcional.
- C)** A Constituição de 1988 prevê que todo ato da Administração lesivo aos bens públicos ou à moralidade será revisto administrativamente ou invalidado judicialmente.
- D)** A corrupção material e a corrupção moral têm a mesma procedência: a falta de princípios éticos e a de controle mais rígido por parte da sociedade civil e do poder público.

04. De acordo com o texto,
- A) os empresários, principais representantes da sociedade civil, envolvem-se em atos hediondos em busca de complementação salarial.
  - B) a aceitação das grandes corrupções na vida pública precede a tolerância de pequenos vícios na vida privada.
  - C) a corrupção degrada valores íntimos do cidadão sem, no entanto, anular os princípios mantenedores da dignidade da sociedade.
  - D) é indispensável que a ética integre a essência de qualquer ato estatal para que este seja válido e eficaz.
05. Na expressão “pequenas inversões axiológicas”, o termo em destaque
- A) é relativo aos valores éticos.
  - B) refere-se aos axiomas sociais.
  - C) relaciona-se aos direitos civis.
  - D) significa degradação moral.
06. Os termos em destaque no período “[...] já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica.” estabelecem uma relação semântica de
- A) tempo.
  - B) alternância.
  - C) causalidade.
  - D) conformidade.
07. Observe o período a seguir.

“O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.”  
(último parágrafo do texto).

Mantendo-se o sentido desse período, outra proposta de reescrita em conformidade com a norma padrão é:

- A) O Brasil precisa que cada um de nós contribua para o resgate da virtude na vida brasileira e espera que essa contribuição seja decisiva, concreta e diária.
- B) O Brasil precisa e espera que cada um de nós contribua para resgatarmos decisiva, concreta e diariamente a virtude na vida brasileira.
- C) O Brasil espera que cada um de nós contribuamos decisivamente, concretamente e diariamente, e precisa que resgatemos a virtude na vida brasileira.
- D) O Brasil espera que cada um de nós contribua e precisa que decisiva, concreta e diariamente resgatemos a virtude na vida brasileira.

08. A seguir, encontram-se fragmentos do texto com uma explicação para o uso da vírgula.

I	“A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna.” – vírgulas utilizadas para demarcar um adjunto adverbial deslocado.
II	“[...] temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos [...]” – vírgula utilizada para separar a oração coordenada sindética explicativa da coordenada assindética.
III	“Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento.” – vírgulas utilizadas para separar o aposto.
IV	“Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio.” – vírgula utilizada para marcar a supressão do verbo.

A explicação para o uso da vírgula está correta em

- A) III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) I e II.

09. Outra possibilidade de concordância verbal igualmente aceitável, de acordo com a norma culta, está na opção:

- A) “Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética [...]”.  
Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, têm falhado no processo de indução ética [...].
- B) “[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...]”.  
[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...].
- C) “Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos [...]”.  
Se, na convivência informal, todos já precisam de tratos éticos [...].
- D) “Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva [...]”.  
Tanto uma como outra pode assumir forma ativa e passiva [...].

10. A opção que apresenta o uso correto do acento grave de acordo com a norma culta é:

- A) A tolerância de superiores à falhas de subalternos não é condizente com a ética e a moralidade esperadas no serviço público.
- B) Das diárias às obras públicas, todos os pagamentos feitos com recursos governamentais devem obedecer aos rigores da legislação em vigor.
- C) Os atos de convivência profissional do funcionalismo devem ser éticos e condizentes com a moralidade à bem do serviço público.
- D) Atos estatais contaminados por corrupção são tão ofensivos que acabam por atenuar à ação de funcionários que não se envolvem em falcatruas.

11. Enfermeira lotada em local insalubre recebe a notícia de que está gestante. O fato é comunicado à Chefia. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a servidora
- A) fará opção por permanecer ou ficar afastada do local insalubre.
  - B) deverá permanecer no local de trabalho.
  - C) será afastada do local insalubre enquanto aguarda a licença gestante.
  - D) será afastada do local insalubre enquanto durar a gestação e lactação.
12. De acordo com a Lei nº 8.112/90, considera-se remuneração
- A) retribuição pelo exercício da função de direção, chefia e assessoramento estabelecido em lei.
  - B) vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
  - C) adicionais e gratificações.
  - D) retribuição pecuniária pelo exercício do cargo com valor fixado em lei.
13. Servidor estatutário regido pela Lei nº 8.112/90, em estágio probatório, foi convocado para participar de curso de formação. O estágio probatório será
- A) interrompido, sendo o servidor exonerado.
  - B) interrompido e retomado a partir do término do impedimento.
  - C) suspenso e retomado a partir do término do impedimento.
  - D) suspenso, sendo o servidor demitido a partir do término do impedimento.
14. Servidor estatutário, não ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, candidatou-se ao cargo eletivo de vereador. Durante o período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, foi concedida a licença para atividade política. De acordo com a Lei nº 8.112/90, durante esse período o servidor
- A) fará jus à remuneração pelo período de três meses.
  - B) terá direito à remuneração.
  - C) ficará sem remuneração.
  - D) será afastado, sem remuneração, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
15. Servidora pública federal faltou ao trabalho sem justificativa, de modo intencional, durante quarenta e cinco dias consecutivos. De acordo com a Lei nº 8.112/90, caso a hipótese de abandono seja comprovada em processo administrativo disciplinar, a penalidade a que está sujeita essa servidora é
- A) suspensão de trinta dias.
  - B) demissão.
  - C) advertência.
  - D) suspensão de cinco dias convertida em multa.
16. À luz do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais, a sindicância envolvendo um servidor, com 35 anos de serviço, **NÃO** poderá resultar em
- A) instauração de Processo disciplinar.
  - B) arquivamento do processo.
  - C) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão até trinta dias.
  - D) afastamento preventivo do exercício do cargo com suspensão de pagamento.

17. Servidora efetiva de uma instituição federal de ensino requereu a aposentadoria compulsória. Segundo determina a Lei nº 8.112/90, a vigência da aposentadoria será
- A) a partir do dia imediato àquele em que a servidora atingiu a idade de setenta anos.
  - B) a partir da data da publicação do respectivo ato.
  - C) será facultado à servidora a data da publicação.
  - D) será de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.
18. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, **NÃO** se considera
- A) licença para tratamento de saúde de pessoa na família do servidor, sem remuneração.
  - B) tempo de serviço em atividade privada.
  - C) tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
  - D) licença para atividade política a partir da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
19. Servidora estudante solicitou horário especial comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição. De acordo com a Lei nº 8.112/90,
- A) poderá ser concedido o horário especial, sem a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
  - B) poderá ser concedido o horário especial, com exigência da compensação de horário sem a redução de remuneração.
  - C) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
  - D) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e a redução de remuneração.
20. Para os efeitos da Lei nº 8112/90, **NÃO** se constitui forma de provimento nem de vacância de cargo público
- A) promoção.
  - B) readaptação.
  - C) redistribuição.
  - D) aproveitamento.



21. De acordo com os parâmetros farmacodinâmicos e farmacocinéticos (PD/PK) utilizados para avaliar eficácia antimicrobiana, são considerados antimicrobianos concentração-dependentes:
- A) levofloxacino, gentamicina, vancomicina.
  - B) amicacina, azitromicina, meropenem.
  - C) azitromicina, imipenem, gentamicina.
  - D) amicacina, ciprofloxacino, metronidazol.

22. A seguir, são descritas informações de um resumo clínico.

Paciente grávida, no segundo trimestre de gestação, chega à farmácia com uma prescrição de captopril.

Baseado na classificação de risco fetal da *Food and Drug Administration* (FDA), a conduta do farmacêutico deve ser:

- A) Dispensar o medicamento, pois trata-se de fármaco de risco gestacional categoria B, não havendo evidências de risco fetal em estudos realizados com animais.
  - B) Não dispensar, pois trata-se de fármaco de risco gestacional categoria D, sendo necessário avaliar com o prescritor se os benefícios do uso justificam o risco.
  - C) Não dispensar, pois trata-se de fármaco de risco gestacional categoria X, sendo o risco demonstrado em estudos em animais e mulheres grávidas.
  - D) Dispensar, pois trata-se de fármaco de risco gestacional categoria A, não havendo evidências de risco fetal no primeiro trimestre gestacional.
23. A seguir, são descritas informações de um resumo clínico.

Homem, 48 anos, portador de Doença Renal Crônica (DRC), com taxa de filtração glomerular = 22mL/minuto, iniciou uso de Oxacilina para tratamento de infecção por *Staphylococcus aureus* sensível à oxacilina.

Em relação ao esquema de administração da oxacilina no caso descrito, é correto afirmar:

- A) Deve ser prolongado o horário de administração e reduzida a dose.
  - B) Deve ser mantido o intervalo de administração e reduzida a dose, em função da taxa de filtração entre 10 e 50mL/min.
  - C) Deve ser mantida a dose padrão e prolongado o intervalo de administração, em função da taxa de filtração entre 10 e 50mL/min.
  - D) Deve ser administrada a dose padrão, pois não é necessário ajuste de dose em pacientes com Doença Renal Crônica.
24. São exemplos de alterações inerentes ao envelhecimento que repercutem na farmacocinética e farmacodinâmica dos medicamentos
- A) aumento da gordura total, aumento do metabolismo hepático, aumento da responsividade tecidual.
  - B) diminuição do pH gástrico, decréscimo da excreção renal, decréscimo do metabolismo hepático.
  - C) diminuição relativa da gordura total, aumento da responsividade tecidual, decréscimo da excreção renal.
  - D) aumento do pH gástrico, aumento relativo da gordura total, decréscimo do metabolismo hepático.

25. A seguir, são descritas informações de um resumo clínico:

Paciente em tratamento de hepatite autoimune, em uso de budesonida, inicia uso de claritromicina.

A co-administração da budesonida e claritromicina pode acarretar

- A) indução da CYP3A4, reduzindo a biodisponibilidade sistêmica da budesonida e aumentando o risco de falha terapêutica.
- B) inibição da CYP3A4, aumentando a biodisponibilidade sistêmica da budesonida e o risco de Síndrome de *Cushing*.
- C) inibição de CYP3A4, aumentando a biodisponibilidade da claritromicina e o risco de dor abdominal.
- D) indução de CYP3A4, aumentando a biodisponibilidade sistêmica da budesonida e melhorando a resposta terapêutica.

26. A seguir, são descritos trechos de uma reportagem publicada no jornal *O Globo*:

“O registro do medicamento Avandia®, usado para controlar o diabetes tipo 2, foi cancelado no Brasil pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nesta quarta-feira. O laboratório GlaxoSmithKline, que fabrica o remédio, terá que recolher a droga em todo o país.”

Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/saude/anvisa-proibe-no-brasil-venda-do-avandia-remedio-para-controlar-diabetes-2945901>>. Acesso em: 28 mar.2011.

O cancelamento do registro do Avandia (Rosiglitazona) pela ANVISA ocorreu em decorrência de maior incidência de Reações Adversas do tipo

- A) nefrotoxicidade.
- B) eventos cardiovasculares.
- C) hepatotoxicidade.
- D) hipoglicemia grave.

27. A descoberta da relação entre o uso de talidomida por gestantes e a ocorrência de malformações congênitas foi realizada a partir de um estudo caso-controle. Desde então, esse tipo de estudo tem sido muito utilizado em farmacoepidemiologia. O(s) principal(is) problema(s) relacionado(s) ao uso do delineamento caso controle é(são):

- A) vulnerabilidade a viés de memória e de seleção de pacientes
- B) alto custo quando comparado aos estudos de coorte.
- C) pouca utilidade na investigação de eventos raros.
- D) complexidade e tempo para execução.

28. A Regra de Clark utilizada para cálculo de dose pediátrica de um medicamento, define a dose a ser administrada de acordo com

- A) com a idade do paciente.
- B) o peso corporal do paciente.
- C) a idade e o peso corporal do paciente.
- D) a superfície corporal.

29. São considerados medicamentos potencialmente perigosos ou de alta vigilância:
- A) naloxona, cloreto de potássio, fentanil
  - B) dopamina, atropina, digoxina
  - C) insulina, glibenclamida, varfarina
  - D) clorpropamida, metronidazol, insulina
30. Em 2009, Kotze e colaboradores publicaram artigo no qual apresentaram uma análise de custo-minimização entre o Infiximabe (IFX) e o Adalimumabe (ADA) no tratamento da doença de Crohn (DC). Essa análise pode ser utilizada
- A) se os desfechos para a Doença de Crohn forem determinados em qualidade de vida.
  - B) se os custos forem medidos em unidades monetárias e a efetividade, em unidades clínicas.
  - C) se os autores consideraram que o infliximabe e o Adalimumabe tem a mesma eficácia na Doença de Crohn.
  - D) para expressar os custos e os benefícios das duas terapias, em unidades monetárias.
31. São considerados métodos de seleção de medicamentos, no contexto hospitalar:
- A) Análise de decisão clínica, Sistema de análise de avaliação por Objetivo (SOJA).
  - B) Análise crítica da evidência científica, Teoria da utilidade Multiatributos.
  - C) Revisão de formulário terapêutico, Formulário Farmacoterapêutico.
  - D) Concursos de medicamentos, Análise crítica da evidência científica.
32. O fragmento de texto seguinte se refere ao misoprostol:

“O misoprostol, análogo sintético da prostaglandina E, foi introduzido no Brasil em 1984 pelo laboratório Searle, com o nome comercial de Cytotec<sup>®</sup>. Embora licenciado para o tratamento de úlcera gástrica e duodenal, logo ganhou popularidade como abortifaciente. Em 1993, duas cartas publicadas no mesmo volume da revista *The Lancet* revelaram ao mundo o uso elevado do medicamento no Brasil para a indução do aborto<sup>1,2</sup>. O produto foi comercializado sem restrições nas farmácias e drogarias até julho de 1991, quando o Ministério da Saúde proibiu a venda sem apresentação e retenção da prescrição médica.”

MENGUE, SS; DAL PIZZOL, TS. Misoprostol, aborto e malformações congênitas. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**. vol.30 n. 6. Rio de Janeiro, junho, 2008.

Em relação ao Misoprostol, a Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, prevê:

- A) A comercialização de medicamentos à base de Misoprostol, constantes da lista “C1”, ficará restrita a estabelecimentos hospitalares do Sistema Único de Saúde devidamente cadastrados e credenciados junto à Autoridade Sanitária competente.
- B) A comercialização de medicamentos à base da substância Misoprostol, constantes da lista "C1", ficará restrita a estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados e credenciados junto à Autoridade Sanitária competente.
- C) A prescrição de medicamentos à base de substâncias de Misoprostol só poderá ser feita por médico e será aviada ou dispensada nas farmácias dos hospitais do Sistema Único de Saúde, em formulário próprio.
- D) Os órgãos oficiais credenciados junto à Autoridade Sanitária competente, para dispensar o medicamento Misoprostol, deverão possuir um Livro de Registro de Notificação de Receita, contendo a data de dispensação, o nome, idade e sexo do paciente, o CID, a quantidade de comprimidos, o nome e CRM do médico.

33. Analise os itens a seguir.

I	Elaboração de boletins farmacoterapêuticos
II	Definição de lista de medicamentos essenciais
III	Definição de protocolos padronizados para diagnóstico e tratamento
IV	Redução do número de registros de novos medicamentos

São consideradas estratégias de promoção do uso racional de medicamentos os procedimentos presentes em:

- A)** I, II, III.      **B)** I, II, IV.      **C)** II, III, IV.      **D)** I, III, IV.

34. Na Política Nacional de Medicamentos, o papel dos laboratórios oficiais é considerado especialmente importante por

- A)** possibilitar a eliminação da dependência da produção dos laboratórios privados.  
**B)** possibilitar domínio tecnológico de processos de produção de medicamentos de interesse em saúde pública.  
**C)** possibilitar o controle de preços dos medicamentos no mercado.  
**D)** contribuir para a capacitação dos profissionais responsáveis pela produção de medicamentos da RENAME.

35. Considere as afirmações a seguir sobre Atenção Farmacêutica e Assistência Farmacêutica no contexto brasileiro.

I	A Assistência Farmacêutica pode ser considerada uma atividade especializada e privativa da Atenção Farmacêutica
II	O conceito de Atenção Farmacêutica foi elaborado para reorientar a prática farmacêutica, redirecionando as preocupações profissionais para o usuário do medicamento.
III	São considerados macrocomponentes da Atenção Farmacêutica: Educação em saúde, Orientação farmacêutica, Dispensação, Atendimento farmacêutico, Seguimento/acompanhamento farmacoterapêutico e Registro sistemático das atividades.
IV	Atenção Farmacêutica é um novo conceito de prática profissional que requer a aplicação de uma metodologia para a tomada de decisões terapêuticas de forma sistemática e racional.

Estão corretas as afirmações contidas em:

- A)** I, III, IV.      **B)** I, II, IV.      **C)** I, II, III.      **D)** II, III, IV.

36. Em relação à definição de incompatibilidade, é correto afirmar:

- A)** A incompatibilidade consiste em alterações não programadas que reduzem o valor do medicamento, que prejudicam a atividade ou impedem sua dosagem exata, ou que danificam o aspecto do preparado, tornando-o inaceitável.  
**B)** A incompatibilidade consiste em alterações não programadas que reduzem o valor do medicamento, sem prejudicar a atividade ou impedir sua dosagem exata, mas que danificam o aspecto do preparado, tornando-o inaceitável.  
**C)** A incompatibilidade consiste em alterações não programadas que reduzem o valor do medicamento, que prejudicam a atividade, mas não impedem sua dosagem exata, e que danificam o aspecto do preparado.  
**D)** A incompatibilidade consiste em alterações não programadas que reduzem o valor do medicamento, que prejudicam a atividade, mas não impedem sua dosagem exata, nem danificam o aspecto do preparado.

37. Considerando-se as funções do processo de granulação por via úmida, listam-se:

I	Aumentar as propriedades elásticas dos sólidos e melhorar as propriedades de fluxo dos pós
II	Prevenir segregação dos pós e melhorar as propriedades de fluxo
III	Melhorar as características de compactação da mistura e aumentar a densidade do material sólido
IV	Aumentar as propriedades elásticas dos sólidos e tornar as superfícies mais hidrofílicas

Estão corretas as funções presentes em

- A) II e III.            C) I e III.  
B) I e II.            D) II e IV.

38. Considerando-se as propriedades dos fármacos empregados no processo de granulação por via seca, listam-se:

I	Fármacos sensíveis à umidade
II	Fármacos que não apresentaram boas características de compressão após granulação por via úmida
III	Fármacos sensíveis a altas temperaturas
IV	Fármacos insolúveis em água que apresentam baixa compressibilidade.

Estão corretas as propriedades referidas em

- A) I, II e IV.            C) II, III e IV.  
B) I, II e III.            D) I, III e IV.

39. Considerando-se as Boas Práticas de Fabricação (BPF) estabelecidas na RDC 17/2010 – ANVISA, no que diz respeito aos processos de esterilização, o método de escolha a ser empregado quando possível e aplicável, deve ser por

- A) radiação ionizante.            C) calor.  
B) filtração.            D) agentes gasosos.

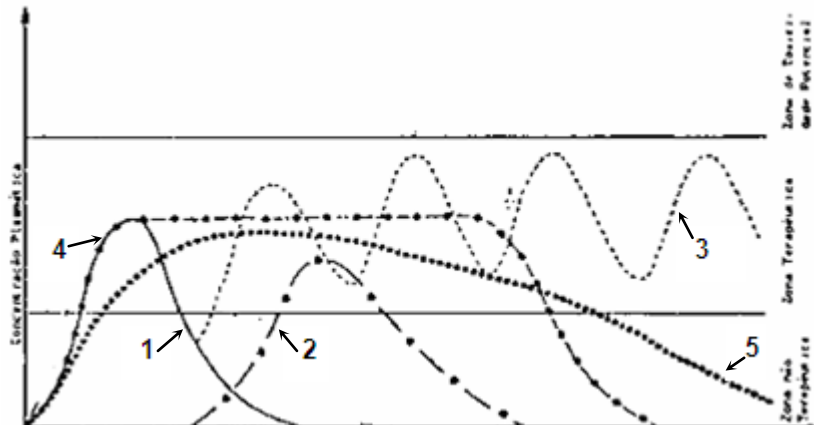
40. A eficiência na extração de uma substância através de um processo de extração líquido/líquido depende prioritariamente do(a)

- A) do volume de líquido extrator.  
B) do tamanho das partículas da substância a ser extraída.  
C) da viscosidade das fases líquidas.  
D) coeficiente de partição da substância no líquido extrator.

41. O Praziquantel, utilizado no tratamento da esquistossomose, apresenta problemas na biodisponibilidade da forma farmacêutica convencional. Estes problemas estão relacionados com a alta lipofilia daquele fármaco. De acordo com a classificação biofarmacêutica de Amidon, o Praziquantel pertence a

- A) Classe IV: baixa solubilidade e baixa permeabilidade.  
B) Classe III: elevada solubilidade e baixa permeabilidade.  
C) Classe I: elevada solubilidade e elevada permeabilidade.  
D) Classe II: baixa solubilidade e elevada permeabilidade.

42. Considerando-se os perfis de liberação de diferentes formas farmacêuticas apresentados na figura a seguir,



Os pontos 1, 2, 3, 4 e 5 representam, **respectivamente**,

- A) liberação convencional, liberação prolongada, liberação sustentada, liberação retardada e liberação repetida.
- B) liberação convencional, liberação prolongada, liberação repetida, liberação retardada e liberação sustentada.
- C) liberação convencional, liberação retardada, liberação repetida, liberação sustentada e liberação prolongada.
- D) liberação convencional, liberação retardada, liberação prolongada, liberação sustentada e liberação repetida.

43. Tipos de excipientes que podem ser empregados na produção de comprimidos são:

- A) diluente, desagregante, agente suspensor, corante, tampão e deslizante.
- B) solvente, desagregante, aglutinante, lubrificante, conservante, corante e tampão.
- C) diluente, desagregante, aglutinante, lubrificante, molhante, corante e tampão.
- D) espessante, aglutinante, lubrificante, conservante, edulcorante, lubrificante e tampão.

44. O índice Carr, o Fator de Hausner e o Ângulo de Repouso são alguns dos fatores importantes no desenvolvimento de forma farmacêutica:

- A) sólida.
- B) líquida.
- C) semi-sólida.
- D) sólida e semi-sólida.

45. Um médico prescreve para um paciente, cápsula contendo 500 mg do ingrediente ativo com densidade aparente da mistura de 0,8 G/mL.

Considerando um excipiente estabilizado (celulose microcristalina + estearato de magnésio 1%) com densidade aparente de 0,7 G/mL e a Tabela ao lado, o tamanho de cápsula requerido e a quantidade de diluente a ser pesado corresponde, **respectivamente**, a

Tamanho/número das cápsulas	Volume aproximado das cápsulas em mL
0	0,67
1	0,48
2	0,37
1	0,55
3	0,28
4	0,20

- A) cápsula número 2 e 23 mG de diluente.
- B) cápsula número 0 e 28 mG de diluente.
- C) cápsula número 1 e 25 mG de diluente.

Aulton, E.M., Delineamento de formas farmacêuticas: 2 ed. 2005

D) cápsula número 0 e 25 mG de diluente.

46. Considerando-se a RDC 14/2010 – ANVISA, definição de Fitoterápico é a seguinte:

A) Medicamento obtido empregando-se exclusivamente matérias-primas ativas vegetais, é caracterizado pelo conhecimento da eficácia e dos riscos de seu uso, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade. Não se considera medicamento fitoterápico aquele que, na sua composição, inclua substâncias ativas isoladas, de qualquer origem, nem as associações destas com extratos vegetais.

B) Produto de substâncias originadas no metabolismo primário e/ou secundário responsáveis, em conjunto, pelos efeitos biológicos de uma planta medicinal ou de seus derivados, caracterizado pelo conhecimento da eficácia e dos riscos de seu uso.

C) Produto da extração da planta medicinal *in natura* ou da droga vegetal, podendo ocorrer na forma de extrato, tintura, alcoolatura, óleo fixo e volátil, cera, exsudato e outros, caracterizado pelo conhecimento da eficácia e dos riscos de seu uso, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade.

D) Medicamento obtido a partir de planta medicinal, ou de suas partes que contenham as substâncias, ou classes de substâncias, responsáveis pela ação terapêutica, após processos de coleta, estabilização, quando aplicável, e secagem, podendo estar na forma íntegra, rasurada, triturada ou pulverizada.

47. Corresponde à definição de solução parenteral de grande volume (SPGV):

A) Solução estéril e apirogênica, destinada à aplicação parenteral em dose única, cujo volume é de 100 mL ou superior, sem incluir as soluções para irrigação e soluções para diálise.

B) Solução estéril e apirogênica, destinada à aplicação parenteral em dose única, cujo volume é de 100 mL ou superior, incluindo, unicamente as soluções para irrigação.

C) Solução estéril não apirogênica, destinada à aplicação parenteral em dose única, cujo volume é de 100 mL ou superior, incluindo-se as soluções para irrigação e soluções para diálise peritoneal.

D) Solução estéril e apirogênica, destinada à aplicação parenteral em dose única, cujo volume é de 100 mL ou superior, incluindo-se as soluções para irrigação e soluções para diálise peritoneal.

48. A incorporação do ácido láctico ao gel de Carbopol 940 resulta em um líquido pouco viscoso, transparente. Trata-se de uma

A) diluição.

B) dissolução.

C) incompatibilidade.

D) instabilidade.

49. Em relação às formas farmacêuticas semi-sólidas, a penetração na pele é crescente para

A) pomada de vaselina, creme A/O, creme O/A, gel de Plurigel.

B) gel de Plurigel, pomada de absorção, creme A/O, creme O/A.

C) creme O/A, pomada de absorção, gel de Plurigel, creme A/O.

D) pomada de vaselina, pomada de absorção, gel de Plurigel, creme O/A.

50. Os principais parâmetros que influenciam a estabilidade das suspensões farmacêuticas são

A) potencial Zeta e uniformidade no tamanho das partículas.

B) viscosidade da fase externa e solubilização dos excipientes.

C) potencial Zeta e viscosidade da fase interna.

**D)** tamanho das partículas e solubilidade do princípio ativo.